



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008

Altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O § 4º do art. 225 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 225.....

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Matogrossense, a Caatinga e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso de recursos naturais.

JUSTIFICAÇÃO

Sistema original e exclusivamente brasileira, a caatinga não consta, infelizmente, da relação de espaços territoriais considerados patrimônio nacional pelo § 4º da Constituição da República Federativa do Brasil. Essa omissão pode e deve ser reparada, em função da importância que a caatinga assume para os brasileiros em geral e para os nordestinos em especial.

A caatinga cobre uma área de 800 mil quilômetros quadrados do território brasileiro, incluindo aí a maior parte dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, além de parcelas significativas dos Estados do Piauí, Alagoas, Sergipe, Bahia e, inclusive, uma faixa de Minas Gerais. Quase 30 milhões de pessoas, perto de um sexto da população nacional, vivem nessa área e dependem de sua biodiversidade.

Apesar dessa importância, a caatinga é o ecossistema menos protegido do Brasil. Apenas 2% de seu território é coberto por unidades de preservação. Ao longo do tempo, nele ocorre extenso processo de alteração e deterioração ambiental.

Nela se encontram, já perfeitamente identificadas e classificadas, ao menos 932 espécies de plantas. A sua maioria tem características próprias, derivadas da necessidade de adaptação ao semi-árido. Já foram identificadas também 516 espécies de aves, das quais 60%, dependem das matas da região para se reproduzirem, além

de 143 espécies de mamíferos, 185 espécies de peixes e 154 de répteis e anfíbios. Uma grande proporção deles – por exemplo, 57% dos peixes – é endêmica.

Tudo isso exige condições especiais de proteção, como ocorre em outros territórios brasileiros. Se mesmo neles existem casos extremos e dolorosos de degradação, o risco de que essa deterioração se acelere em uma área que sequer conta com tais condições mostra-se ainda mais severo.

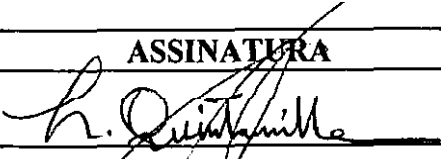
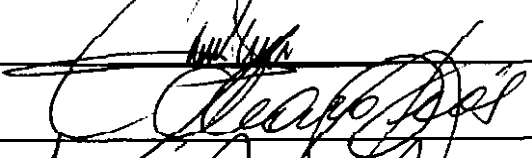

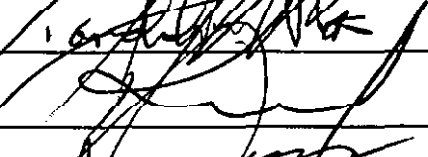

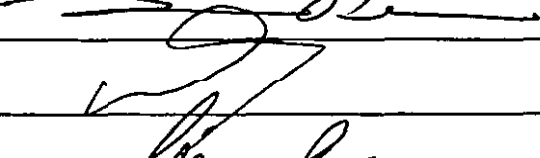
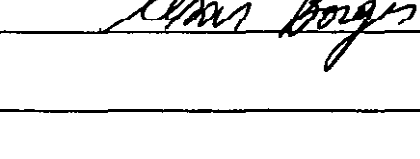
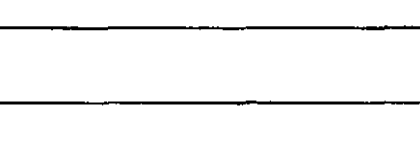
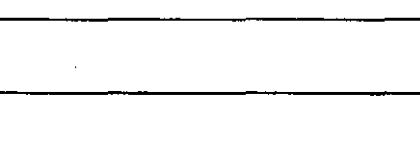
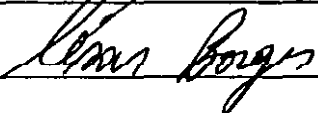
Há estimativas de que 70% do território coberto pela caatinga já sofreu alterações determinadas pelo homem. A exploração de forma extrativista é a principal causa desse processo.

Por todas essas razões torna-se indispensável a criação de mais áreas de preservação, o estabelecimento de reservas importantes, a adoção de medidas de proteção e, como forma de assegurar essa medida, sua inclusão na categoria de patrimônio nacional. É o que pretende a presente emenda constitucional.

Sala da Comissão, 10 de julho de 2008.


Senadora **PATRÍCIA SABOYA**
PDT - CE

SENADOR (A)	ASSINATURA
FRANCISCO	FRANCISCO
Mário Amato	FRANCISCO
JOÃO PESSOA	JOÃO PESSOA
GERALDO MESQUITA JR	FLAVIO ARNS
ANTONIO CARLOS VALADONCI	ANTONIO CARLOS VALADONCI
Augusto Botelho	OSMAN DUES
MARCO ANTONIO COSTA	OSMAN DUES
Renata Cagnande	RENATA CAGNANDE
Eduardo Azevedo	EDUARDO AZEVEDO
Inacio Arruda	INACIO ARRUDA
ALMIR ANTONIA	ALMIR ANTONIA
CRISTOVAN	CRISTOVAN
Epitacio	Epitacio Cristovam
MOZAMILDO	MOZAMILDO

SENADOR (A)	ASSINATURA
LEOMAR QUINTANILHA	
Geovani Borges	
Fernando Ribeiro	
João Tenório	
FLEXA RIBEIRO	
ROMERO JUCA	
MARCONI PEREIRA	
JEFFERSON PRAIA	
JOÃO RENTON	
HERNÍCITO	
CÉSAR BORGES	

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

.....

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 11/7/2008.